

# X Congresso SPM

6 – Maio – 2011

Senhora Presidente do Congresso

Senhor Secretário Geral da FENPROF

Senhores Dirigentes Regionais

Senhores Deputados

Senhores convidados

Senhoras e Senhores Professores

Agradeço o convite que me foi endereçado para presidir a esta sessão de abertura X Congresso, agradecendo também a oportunidade para, a partir desta tribuna, me dirigir aos presentes, mas também a todos os que, de alguma forma se relacionam com o

sistema educativo, quer porque nele exercem a sua profissão, quer porque constituem o razão de ser do próprio sistema educativo – os alunos e as suas famílias, no fundo a sociedade em geral que vê o seu presente e a sustentabilidade do seu futuro no sucesso do sistema educativo.

Creiam que, ao dirigir-me à comunidade educativa da Madeira e do Porto Santo, o faço com orgulho por aquilo que constituem e por aquilo que têm demonstrado que é possível atingir, quer se fale níveis de sucesso, de melhoria de resultados, de excelência de projectos, de progresso social, de saberes e de competências ou de resposta às necessidades das famílias.

Dirijo-me às mais de trezentas unidades de educação e ensino, aqui incluindo os estabelecimentos privados, que por si só,

correspondem a 20% da oferta educativa, conveniente apoiados e sem pruridos, respeitando a opção e o querer das famílias, proporcionando nestes estabelecimentos uma oferta educativa obrigatória nas mesmas condições não onerosas da escola pública.

Falo para os professores do ensino público e do ensino privada, na única Região do País onde os professores do ensino privado não são discriminados nos concursos para a rede pública, sendo-lhes contado o tempo de serviço em igualdade com os seus colegas e na única Região do País que, há alguns anos, promoveu a vinculação extraordinária de 1400 professores, contanto para tal todo o tempo de serviço prestado, público ou privado.

Falo também para os professores da Região que tem a mais alta taxa de vinculação e de estabilidade, em quadros de escola, de zona ou

em regime de renovação de contrato, e na qual, nenhum professor se poderá lamentar de, tendo trabalhado pelo menos um ano, não tenha visto renovado o seu contrato.

Mas existimos, disse-o no início e reafirmo, porque existe uma comunidade que precisa de nós, para a qual trabalhamos, quer estejamos num serviço central, na administração, na gestão escolar, na sala de aula, num clube ou numa actividade de enriquecimento extra-curricular.

E não podemos deixar de aferir e avaliar o resultado do nosso trabalho, pelos indicadores quantitativos disponíveis.

Vem daí, também, o orgulho que temos nas nossas escolas, nos seus professores e nos seus alunos.

No 1.º ciclo, falamos disso os 94% de positivas em Língua Portuguesa e os 91% de positivas em Matemática.

No 2.º ciclo, referimos os 87% de positivas em Língua Portuguesa e facto de termos passado, em quatro anos de 47% para os 70% de positivas em Matemática.

No 3.º ciclo, estamos com 63% de positivas em Língua Portuguesa e partimos, há 4 anos de um baixíssimo nível de 15% de positivas em matemática, para 43%.

Se falarmos do secundário, há quatro anos estávamos com menos de 50% de notas positivas e passámos para 73%. Os exames nacionais revelaram apenas 6 disciplinas com nota negativa na 1.ª fase.

Mas falemos de alunos, pois é por eles e para eles que existimos. As nossas escolas possuem o índice mais baixo de indisciplina

grave, e que vem a baixar todos os anos. Do elenco de penas disciplinares, as mais graves - suspensão e expulsão - representam apenas 2,2% do conjunto de penas aplicadas, enquanto as penas mais leves – repreensão e saída da sala de aula – representam 65% das penas. Mas note-se, ainda a este propósito, que a decisão e a graduação das penas aplicadas são competências dos órgãos de gestão das escolas, ou seja, de professores eleitos inter-pares, situação, aliás, única no país e que, por si só, representa a maior prova da democraticidade no seio da instituição escolar.

Manter os alunos nas escolas até, para além, dos limites da escolaridade obrigatória, é um desafio, agora ampliado pela legislação recente, ao qual as escolas e os seus professores têm sabido dar a resposta. Partindo de uma tradição de sucesso, única no

País, os chamados currículos alternativos, os actuais CEF's que, em quatro anos, passaram de 18 para 120, falam por si, com elevada percentagem de alunos recuperados para a cidadania responsável e para a competência profissional.

Ainda hoje, veremos divulgados os resultados do concurso de profissões que está a decorrer, e verão se há ou não razão para sentir orgulho nos nossos jovens.

Não podemos deixar de relevar o facto de sermos também a única Região do País que já completou o reordenamento da rede escolar sem sobressaltos, construindo primeiro e deslocando depois, e de dispormos do melhor sistema de apoio social escolar que assenta no princípio de que os que mais necessitam devem ter o maior apoio e que dar tudo a todos seria uma forma de injustiça e que nos

impediria de dar, aos que mais necessitam, tudo o que merecem.

Sentimos, e quem está nas escolas sente, o efeito de medidas únicas no País, por exemplo, um psicólogo em cada escola de 2.º/3.º ciclo ou Secundário, onde um animador de bibliotecas em cada EB1.

Porém, pela importância de que se reveste para algo que para todos vós é de importância crucial, dado os seu reflexo na empregabilidade, relevo a escola a tempo inteiro; as equipas multidisciplinares; a manutenção da área projecto; os pares pedagógicos; as excepções ao crédito de horas que permitem desenvolver projectos de desporto escolar, educação artística, de educação para a sexualidade e para os afectos, educação alimentar, educação rodoviária, língua estrangeira, tecnologias, etc.

No entanto, não temos a pretensão de dispor de um sistema perfeito. Quem se empenha na educação, nunca estará satisfeito. Por isso quisemos mudar. O espartilho constitucional é um aberrante quesito, talvez único no mundo civilizado, que retira a uma Região Autónoma a possibilidade de criar um sistema educativo que não colocaria em causa nem a mobilidade dos professores, nem a livre circulação dos alunos, num País em que se reconhecem habilitações escolares adquiridas noutros países, com dispensa de quaisquer formalismos, é um obstáculo contra o qual nunca deixaremos de reclamar e lutar.

A tentativa frustrada de criar um sistema educativo regional, apenas adiou este propósito.

O objectivo de melhor avaliar os alunos, querendo aferir de forma séria as suas

competências à saída de cada ciclo, foi impedida por uma acção cautelar junto de um Tribunal Administrativo e Fiscal. É apenas um propósito adiado. Não nos conformamos com a impossibilidade de avaliar os alunos de forma séria e rigorosa e, porque falamos em avaliação, este é para a Madeira, muito mais importante do que a avaliação dos professores.

Nesta como em qualquer profissão, ser feliz no exercício da mesma é condição essencial para o sucesso de quem beneficia desse exercício. A estabilidade, a carreira, as condições de trabalho, são essenciais.

Entre estas, foi desde sempre ponto assente, por nós expor todas as estruturas sindicais, que haveria que salvaguardar sempre a mobilidade nacional. É compreensível num sistema que assenta num corpo docente que em cerca de 40% é coberto por profissionais oriundos de

outras partes do País. Por diversas vezes, no âmbito legislativo, fomos confrontados com devoluções e recusas de promulgação de diplomas que feriam o princípio da igualdade de carreiras e tocavam questões que poderiam colocar em causa a mobilidade. De todas as vezes fomos obrigados a recuar. Fez-se mesmo constar que a Região Autónoma da Madeira através da sua Assembleia Legislativa, poderia obter uma autorização legislativa para regulamentar áreas de competência da Assembleia da República. Nada mais erróneo: as matérias de competência absoluta e exclusiva da Assembleia da República, não são delegáveis. Isto mesmo foi-nos repetidamente corroborado pelo Juiz-Conselheiro que até há pouco tempo representava a República na Madeira.

Aliás, há bem pouco tempo, os funcionários públicos da Madeira tiveram essa prova através

de um Acórdão do Tribunal Constitucional que revogou legislação regional que preconizava um diferente sistema de vínculos.

Essa circunstância constitucional e do nosso próprio estatuto político-administrativo, impedem-nos de criar carreiras diferentemente estruturadas, com desenvolvimentos diversos, ou requisitos diferentes. Ao fazê-lo, e ainda que, por mera hipótese se admitisse que tal regime fosse promulgado, os professores da Madeira que quisessem ser opositores a concursos nacionais, seriam as primeiras vítimas. Veja-se, por exemplo, o que poderá estar a ocorrer com os efeitos da avaliação intercalar nos concursos nacionais, e tirem-se as conclusões adequadas.

Não obstante, as diferenças regulamentares que subsistem, marcam a diferença. Estamos na única Região do País que não exige provas

de acesso à carreira docente; em que as actividades de enriquecimento curricular são desempenhadas por professores os quais são, para todos os efeitos, docentes; em que se criaram oportunidades de carreira no EB1 que não existem no restante espaço nacional;

O Estatuto Regional para além de não exigir prova de conhecimentos para ingresso na carreira, permite mobilidades sem limite temporal, regula o destacamento por doença, não por concurso, mas por análise casuística, mantém os quadros de escola e não de agrupamento e, ainda dispõe de um regime único e vantajoso de renovação de contratos.

Senhora Presidente do Congresso

Senhores convidados

Senhoras e Senhores Professores

Confirmando uma vez mais, aquilo que a Região Autónoma da Madeira é hoje, e que designadamente pela voz do seu Presidente sempre tem sido afirmado, somos fruto de uma tarefa conjunta no sentido de dar à nossa população uma existência digna, uma cidadania activa, um culto dos valores e dos princípios democráticos.

Essa tarefa conjunta foi trabalho de muitos actores, entre os quais relevo, os professores. Os de hoje e os que, em anos bem recentes, alguns dos quais ainda aqui estão, enfrentaram as dificuldades, da falta de acessibilidades, do isolamento, de carências infra-estruturais de toda a ordem, enfrentaram e ajudaram a vencer. Têm não só esse passado para

recordar, como têm termos de comparação, ainda e infelizmente, um pouco por toda a parte no nosso País.

A Madeira de hoje é muito daquilo que os seus professores nos deram.

Aos aqui presentes que, de algum modo, representam os milhares que aqui não estão, a Madeira está reconhecida.

Muito Obrigado.